

Brasil, BB e os Dart devem reunir-se

19 ABR 1994

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Nas próximas semanas — muito possivelmente ainda neste mês — o governo brasileiro deve sentar-se com representantes do Banco do Brasil e da família norte-americana Dart, em Nova York, para definir que passos podem ser tomados com relação aos US\$ 3 bilhões de MYDFA ("multi-year deposit facility agreement", do acordo de 1988) que continuam depositados no Banco Central (BC).

Aquele valor ficou de fora do processo de troca pelos novos bônus da renegociação externa com os bancos credores privados, sendo que US\$ 1,6 bilhão é crédito que pertence ao BB. Os Dart possuem, a rigor, US\$ 1,38 bilhão de créditos contra o Brasil adquiridos no mercado secundário internacional. Uma pequena parcela de US\$ 15 milhões representa créditos de vários detentores que "não quiseram entrar no acordo da dívida externa ou que não conseguimos localizar", conforme informou o presidente do BC, Pedro Malan, a este jornal.

"Temos tempo para acertar esta questão com o Banco do Brasil", disse Malan, indicando que "por enquanto estamos explorando possibilidades". O BB reservou US\$ 1,6 bilhão no MYDFA em entendimento com Malan para que os Dart não conseguissem o poder de entrar na Justiça denunciando o Brasil com base em cláusula de "default". O BB quer ter certeza de que não incorrerá em prejuízo, mas já sabe, desde que a operação de última hora foi montada, que

não deve receber tratamento privilegiado sobre os demais credores.

Para os Dart sobram poucas alternativas: a família poderá vender seus MYDFA ao BB (este restou como único comprador, já que ninguém mais no mercado vai querer estes papéis e, se este for o caso, o BB terá todas as condições para negociar um preço de aquisição que lhe seja conveniente) ou pode entrar no acordo de renegociação desde que aceitem as condições colocadas pelo Brasil e que foram recusadas antes pela família.

Isto significa que pelo menos 35% de seus créditos devem tomar a forma de "discount bond" (bônus de desconto) ou, alternativamente, a forma de "new money bond" (bônus de dinheiro novo).

Em princípio, conforme acenou Malan, as discussões podem se estender até 15 de outubro, quando vence o segundo pagamento semestral de juros sobre o MYDFA. O último pagamento foi acertado no dia 15 deste mês. O Banco do Brasil tem um pouco de pressa e quer resolver o mais rapidamente possível a situação. "Estamos na expectativa de que ainda neste mês haja uma reunião entre todos os credores do MYDFA para que os advogados de todas as partes se entendam", comentou para este jornal o diretor da área internacional do BB, João Maria Stefanon. Ele também adiantou que os depósitos de câmbio, relativos a qualquer operação passível de repasse ao BC, continuarão sendo feitos pelos bancos que operam com câmbio no País, de modo geral, em benefício do Brazilian American Merchant Bank, uma subsidiária integral do BB com sede no paraíso fiscal de Grand Cayman.

"O Brazilian American Merchant Bank tem todas as condições de prestar o serviço de 'clearing' para o BC, atuando nos pagamentos e recebimentos, como ocorria no passado, antes da crise da dívida externa", atestou o diretor do BB, indicando que o banco pode movimentar os recursos do BC onde este quiser colocar, inclusive quando direcionados para depósitos no Banco Internacional de Compensações (BIS) — o banco central dos bancos centrais —, com sede na Basileia, na Suíça. A subsidiária do BB passa a subs-



Pedro Malan

tituir o Bank of América cuja sucursal em Nova York atuava até aqui como agente "clearing" do BC.

Para Malan, o acordo da dívida externa acertado em definitivo na sexta-feira, com a emissão dos novos bônus, tem o valor em si de equacionar a questão e de dar mais tempo à equipe econômica de se dedicar agora a outros problemas. Realista, o presidente do BC põe os pés no chão e acha que novos investimentos estrangeiros no País ou mesmo no me-

lhor relacionamento com as agências oficiais de financiamento serão resultados das condições econômicas internas e também externas: "O processo (de melhoria da imagem do País e do interesse dos investidores estrangeiros) não pode ser dissociado de um contexto mais amplo", disse Malan.

Stefanon está mais otimista e entende que a definição do acordo da dívida externa pode ter o efeito de abrir novas portas para o País no exterior. Ele mesmo, no rastro do acordo, vai tentar deslanchar no mês de maio a colocação de novos papéis do BB no mercado internacional. De início está sendo programada uma primeira tranche de cerca de US\$ 100 milhões em MTN ("medium term note"), um papel de prazos menores que deve ser vendido junto ao mercado europeu, denominado em dólar norte-americano. Esta seria uma primeira etapa de um plano maior que prevê ainda em 1994 a colocação de um total de US\$ 500 milhões de novos papéis do BB no mercado externo.